



MODOS DE FAZER, MODOS DE ENSINAR: OS MÉTODOS DE ENSINO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA PARANAENSE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Franciele Ferreira França*
Gizele de Souza**

Resumo

Este artigo tem o intuito de analisar as práticas educativas decorrentes das apropriações dos professores primários e das autoridades de ensino, advindas dos debates em torno da utilização dos métodos de ensino no cenário da instrução pública paranaense, em especial sobre o método de ensino simultâneo e a paulatina troca deste pelo método intuitivo. O método de ensino simultâneo, instituído em regulamento em 1857, foi determinado com a justificativa de proporcionar o desenvolvimento da instrução na província, pois possibilitaria o ensino de muitos alunos conjuntamente provocando um rápido adiantamento destes. Já em fins da década de 1870, as discussões e recomendações quanto ao método a ser utilizado, nos textos legais e relatórios, ganharam novas perspectivas e a pauta passou a ser sobre as vantagens do método intuitivo para a efetivação do ensino. Com base nas fontes e estudo realizado é possível afirmar que a instituição e utilização dos métodos de ensino no interior das escolas paranaenses contribuíram para a estruturação e consolidação de uma escola primária na província. No que se refere às fontes, a pesquisa valeu-se de relatórios presidenciais, relatórios de inspetores escolares e de professores e da legislação educacional no período imperial. O aporte teórico aqui utilizado reporta-se às contribuições da historiografia educacional brasileira que trata do tema em questão, bem como aos conceitos de “apropriação” e “representação” provenientes da perspectiva da História Cultural.

Palavras-chave: Métodos de ensino. Escola primária. Instrução paranaense.

Recebido em: 28/09/2012 – Aceito em: 14/12/2012

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. E-mail: francieleff@yahoo.com.br

** Professora efetiva do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná e da Linha de História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma universidade. E-mail: gizelesouza@uol.com.br



Abstract

This article has the intention to analyze educational practices resulting from the appropriation of primary teachers and education authorities, arising from discussions around the use of teaching methods in the scenario of public instruction Paraná, especially about the method of simultaneous teaching and the slow exchange by this intuitive method. The teaching method simultaneous, established in regulation in 1857, was determined with the justification of providing the development of the instruction in the province because it would allow the education of many students together causing rapid advance of these. Already in the late 1870s, discussions and recommendations on the method to be used in legal texts and reports, gained new perspectives and the agenda was about the advantages of intuitive method for effective teaching. Based on the sources and study it can be said that the establishment and use of teaching methods within schools paranaenses contributed to the structuring and consolidation of a primary school in the province. With regard to the sources, the research availed itself reports of presidential reports of school inspectors and teachers and educational legislation in the imperial period. The theoretical approach used here refers to the contributions of Brazilian education historiography that treats the subject in question, as well as the concepts of “appropriation” and “representation” from the perspective of Cultural History.

Keywords: Teaching methods. Primary school. Education in Paraná.

1 Os métodos de ensino na história da educação no Brasil Imperial

O objeto tratado neste estudo refere-se à análise de fontes relacionadas aos métodos de ensino utilizados nas escolas primárias paranaenses, a partir da segunda metade do século XIX, e tem o intuito de discutir de que forma os métodos de ensino foram introduzidos nas escolas primárias e de que modo foram apropriados pelos sujeitos envolvidos na organização do ensino.

Diante do exame das fontes, é possível indicar que, durante o período demarcado, na província paranaense, foram utilizados os métodos de ensino individual, monitorial ou mútuo¹, simultâneo e

¹ O método de ensino mútuo, criado por Joseph Lancaster e André Bell, no início do século XIX, é caracterizado por centrar suas atividades nas ações dos alunos, no qual estes eram divididos em grupos ou classes e dispostos a frente de monitores que ensinariam as matérias determinadas pelos professores. Para monitores seriam denominados os mais adiantados das últimas classes, aos professores cabia orientar os monitores em suas atividades. As classes seriam divididas de acordo com as matérias ensinadas e o grau de adiantamento dos alunos.



intuitivo, no entanto, somente os métodos simultâneo e intuitivo foram os recomendados na legislação e relatórios, para uso nas escolas, pelos presidentes e inspetores após sua emancipação política. Dessa forma, este estudo incide na análise das práticas educativas decorrentes das apropriações dos professores primários e das autoridades de ensino, advindas dos debates em torno da utilização dos métodos de ensino no cenário da instrução pública paranaense, em especial sobre o método de ensino simultâneo e a paulatina troca deste pelo método intuitivo, durante a segunda metade do oitocentos.

Destaca-se aqui o ano de 1857 por trata-se da primeira alusão ao método de ensino simultâneo, no Paraná, e esta se encontra no regulamento de 1857, que determinava o uso do método em questão para organização do ensino nas escolas. Entretanto, a partir de 1880, o método de ensino simultâneo deixa de ser fonte das discussões e recomendações dos presidentes da província e inspetores escolares, uma vez que o método de ensino intuitivo começa a ser introduzido na legislação e a ser citado nos relatórios.

No que se refere às fontes, a pesquisa valeu-se do acervo disponível no Departamento do Arquivo Público Paranaense – composto por: relatórios presidenciais de 1854 a 1889, relatórios de inspetores escolares encontrados em anexo aos relatórios presidenciais²; livros contendo comunicações governamentais e de professores de escolas primárias, denominados APs, dentre estas correspondências encontram-se àquelas advindas dos sujeitos associados à instrução pública, como cartas dos professores com pedidos de materiais e móveis para sua escola, anotações de visitas feitas às escolas pelos inspetores paroquiais, relatórios dos professores expondo a situação de sua escola, assim como manuscritos dos inspetores escolares; além da legislação educacional do Paraná no período imperial. Utilizou-se ainda do acervo disponível no Círculo de Estudos Bandeirantes no tocante aos relatórios presidenciais e de inspetores escolares. Na análise destes documentos procurou-se estabelecer relações entre o que estava determinado pela lei, o que pensavam e discutiam os presidentes da província e inspetores gerais, e a organização da escola feita pelos professores e inspetores locais com base em tais determinações.

A discussão acerca dos métodos de ensino se faz presente desde o início do século XIX no Brasil, “a partir da modernidade o método tornou-se a espinha dorsal do conhecimento, de um modo geral, e de conhecimento escolar de forma mais específica. Os discursos pedagógicos modernos são atravessados de alto a baixo pela questão do método de ensino”. (INÁCIO *et al.*, 2006, p. 40). As primeiras escolas ou salas de instrução, no Brasil, localizadas frequentemente na casa do professor ou em casa familiar seguiam o método individual de ensino,

² Relatórios dos anos de 1858, 1859, 1862, 1867, 1870, 1873, 1882, 1884.





vulgarmente chamado “método de instrução doméstica”, o qual foi criticado pela demora do ensino e pela brevidade de permanência do professor com o aluno (FARIA FILHO, 2003). Devido aos inconvenientes advindos do ensino individual, outros métodos foram propostos para a efetivação da instrução escolar. Dessa forma, os métodos simultâneos de organização em classes foram introduzidos nas escolas elementares brasileiras, dentre esses, o método monitorial/mútuo foi o primeiro a se difundir pelo território brasileiro seguindo as determinações da lei de 15/10/1827³ para instrução elementar em todo o império. Contudo, autores da historiografia educacional brasileira⁴ apontam que este também apresentou dificuldades em sua aplicação no interior das escolas e que, portanto, foi substituído por outros métodos que melhor se adequassem às necessidades e dificuldades escolares, entre estes, os métodos simultâneo e intuitivo.

No Paraná, a primeira menção aos métodos de ensino data do ano de 1854, exposta no primeiro relatório presidencial, no qual o presidente em exercício, Zacarias de Góes e Vasconcelos, se referia à lei nº34 de 1846 da Província de São Paulo, da qual o Paraná fazia parte até o ano de 1853. Segundo o que está disposto no relatório, a lei n. 34 não definia o uso de um método específico, Desse modo o presidente assinalava que o método deveria se adequar às diferentes necessidades do ensino, sendo o inspetor de instrução o responsável por defini-lo.

³ A lei de 1827, além da determinação do método mútuo a todas as escolas de primeiras letras das capitais das províncias brasileiras e das cidades mais populosas, entre outras determinações, mandava criar escolas de primeiras letras em todas as vilas, cidades e lugares mais populosos do império, definia o valor do ordenado dos professores e regulamentava a nomeação destes, bem como explicitava as matérias a serem ensinadas nas escolas de acordo com o método determinado.

⁴ O estudo da utilização dos métodos de ensino nas escolas primárias no século XIX está relacionado a estudos mais abrangentes da História da Educação no que concerne a temas que envolvem as formas de organização escolar, formação de professores, ou mesmo relacionados aos materiais e móveis que compunham a escola. Alguns trabalhos já produzidos têm o intuito de identificar e analisar a configuração dos métodos no interior das escolas e, portanto, discutem o tema de forma mais aprofundada procurando estabelecer de que modo a escola foi organizada para execução do método adotado, e como este foi entendido pelos professores e outros responsáveis por introduzi-lo no ambiente escolar (BASTOS & FARIA FILHO, 1999; INACIO et al, 2006). Os trabalhos que se dedicam a estudar temas relacionados aos materiais e móveis utilizados nas escolas imperiais tendem a explicitar o método a fim de analisar o motivo do uso de tais objetos (BARRA, 2001; GALLEGU, 2006; OLIVEIRA, 1986). Outros trabalhos tendem a analisar a constituição do método de ensino intuitivo, o qual foi inserido nas escolas brasileiras a partir da década de 70 do século XIX, encontramos tal temática abordada no interior de teses, dissertações e artigos sobre grupos escolares, sobre a formação de professores seguindo os preceitos de renovação pedagógica (SOUZA, 2004; FARIA FILHO, 2000; SOUZA, 1998; PINHEIRO, 2002) ou mesmo em estudos de uma determinada disciplina seguindo a “lição das coisas”, (VIDAL, 2003; VALDEMARIN, 2001), bem como a explicitação do método exposto por Vera Tereza Valdemarin (2004) em seu livro “Estudando a lição das coisas”.





Conforme evidencia Valdeniza da Barra (2001), a falta de especificação do método na lei precisa ser entendida por meio da análise de outros aspectos, dentre eles a frequência escolar, “a falta da especificidade do método de ensino estava diretamente ligada ao número médio da frequência escolar, um fator que se vinculava às matérias de ensino ‘estabelecidas por lei’” (BARRA, 2001, p. 64, grifos da autora).

No ano de 1856, foram determinadas as instruções para organização da turma de alunos em três classes, promovendo assim, o modo de ensino simultâneo nas escolas. As orientações gerais para a instrução tornaram-se específicas no Regulamento instituído em 1857, intitulado como sendo de ordem geral para as escolas de instrução primária. Segundo este, o ensino deveria ser simultâneo por classes e o professor deveria nomear da última classe monitores⁵. Durante os anos seguintes permaneceram nos regulamentos e relatórios as mesmas prescrições, quanto ao ensino simultâneo, determinadas no regulamento de 1857.

Nos documentos analisados, por vezes, não se encontram alusões específicas quanto ao método utilizado, mas sim determinações quanto ao modo de organização da escola, divisão da turma em classes, nomeação de professores adjuntos e alunos mestres⁶, materiais a serem utilizados nas aulas, assim como exigências quanto à formação de professores. A partir da década de 70 do oitocentos, as discussões e recomendações quanto ao método a ser utilizado, nos textos legais e de relatórios, ganharam novas perspectivas e os presidentes provinciais passaram a debater sobre as vantagens do método de ensino intuitivo para a efetivação do ensino.

Entende-se que a utilização dos métodos de ensino interferiu nos modos de organização da escola primária paranaense, pois, junto a estes, espaços específicos foram sendo pensados para a instalação de escolas e dos alunos, assim como o uso de outros materiais e mobília, além de mudanças nas exigências de seleção e formação docente.

2 Os métodos de ensino na província paranaense

No século XIX, o estado imperial brasileiro tomou como questão de pauta a organização de sua instrução pública primária, e esta foi marcada por ideais e proposições veiculadas em vários lugares do mundo, principalmente em países europeus. Instruir, educar e civilizar passaram a ser objetivos recorrentes da instrução, pois segundo o

⁵ PARANÁ. Regulamento de 08/04/1857, art. 8º e 10º.

⁶ A classe de alunos mestres e professores adjuntos foi instituída em 1857 por meio do regulamento já citado. Este sistema caracterizava-se em conduzir os alunos que se mostrassem aptos ao ensino e que apresentassem bons resultados nos exames finais, para a categoria de alunos mestres e/ou professores adjuntos os quais tinham por tarefa assistir os professores efetivos ao mesmo tempo em que aprendiam o ofício de ensinar (PARANÁ. Regulamento de 08/04/1857, art. 21º-24º, cap.VI).





debate posto naquele período apenas o “ler, escrever e contar” ensinado nas escolas de primeiras letras não era suficiente, Desse modo era preciso rever as matérias ensinadas, mudar os espaços e pensar sobre os métodos (que serviriam também, segundo posição de muitos, para uma instrução rápida e econômica). Diante disso, a instituição escolar, de “escola de primeiras letras” lentamente foi substituída pela educação elementar, que além dos rudimentos de leitura, inseriu rudimentos de gramática, língua pátria, aritmética e rudimentos de conhecimentos religiosos (FARIA FILHO, 2003).

Em meio aos debates sobre a organização da instrução, a questão da utilização dos métodos de ensino se fez pertinente, visto que era por meio deles que se organizariam as instituições escolares, com a justificativa de uma necessidade de escolarizar um grande número da população. Segundo Luís Siqueira (2008), os métodos de ensino eram considerados pelos administradores provinciais como a mais moderna técnica pedagógica. Marcilaine Inácio (2003) ainda afirma que “ao incidirem sobre a organização global do fenômeno educativo, os novos métodos de ensino abarcavam os tempos, os espaços, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas escolares” (INÁCIO, 2003, p. 12).

Diante do cotejamento das fontes, é possível demonstrar que as ações voltadas para a instrução, relacionadas ao método de ensino, eram definidas pelas representações e apropriações dos sujeitos envolvidos com a organização da instrução, advindas dos discursos e debates em torno das prescrições sobre os métodos de ensino. Por representação se entende as diferentes formas com as quais os sujeitos compreendem a realidade, e a partir da apropriação que fazem dessa realidade estruturam e organizam “os esquemas de percepção e apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem” (CHARTIER, 1994, p. 104), e por apropriação, as distintas formas como os sujeitos se apoderam e agem diante de uma determinada realidade (CHARTIER, 1991, 1994). De acordo com Michel de Certeau (1990), a análise das representações não pode ser descolada da análise das produções concernentes a essas, pois essa vem de modo a demonstrar que o que é produzido pelos sujeitos não está somente subordinado ao que lhes é oferecido; mais do que isso, é a partir dessa relação que os sujeitos criam maneiras de empregar o que lhes é imposto em favor do seu entendimento. Logo, a partir do uso desses conceitos, é possível compreender as ações dos sujeitos envolvidos com a instrução em relação à organização escolar em favor do método de ensino, uma vez que eles auxiliam na identificação e análise das tensões estabelecidas entre esses sujeitos, provenientes dos discursos e debates em torno das prescrições acerca da instrução pública; permite ainda, evidenciar os modos como os professores e inspetores realizaram seu ofício perante a imposição de saberes.

Atinente à província do Paraná, as discussões em relação à instrução e, portanto, quanto ao modo de organização do ensino em favor do método a ser utilizado, podem ser encontradas nos relatórios presidenciais, nos relatórios dos inspetores escolares e em alguns





relatórios de professores, ou ainda na legislação educacional que podia ser o reflexo de tais discussões ou mesmo inferir sobre elas. Na apreciação desses documentos é possível indicar o uso dos métodos simultâneo e intuitivo pelos professores primários e junto a eles, de que modo foram organizadas as escolas na província paranaense.

Após sua emancipação política, no ano de 1853, a província paranaense tem a liberdade em deliberar suas próprias leis⁷, com isso o presidente da província, no que tange a instrução primária, prescreveu o modo de organização da aula e do ensino, com a instrução de 27/12/1856: a escola primária seria dividida em três classes de acordo com a evolução dos alunos nos estudos e gradação das matérias. Esta instrução ainda definia quais os conteúdos a serem ensinados nas escolas, além dos livros, materiais e moveis que seriam usados para essa tarefa. A prescrição de divisão da turma em classes viabilizava o modo de ensino simultâneo por classes, o qual viria a ser determinado no regulamento de 1857⁸. Com este regulamento as orientações gerais para a instrução tornaram-se mais específicas, o mesmo instituiu o ensino simultâneo por classes para todas as escolas, nomeação de monitores da última classe pelos professores, além de responsabilizar o inspetor geral de determinar e fiscalizar o método a ser utilizado nas escolas (Regulamento de 08/04/1857, art. 8º e 10º, p. 54). Durante o período analisado, permanecem nos regulamentos que se seguiram ao de 1857, estas determinações quanto ao modo de ensino.

No exame das fontes, nota-se a preocupação das autoridades de ensino em instituir um método eficaz contra as más condições da instrução no estado. Segundo os presidentes e inspetores gerais, um método bem aplicado pelos professores, impediria a baixa frequência dos alunos garantindo sua permanência e adiantamento nos estudos, de mesmo modo tal método só teria garantia de boa execução se o professor estivesse bem preparado e possuísse vocação para o ensino.

Entre os anos de 1858 a 1864 nenhuma referência ao método adotado é identificada tanto na legislação educacional como nos relatórios presidenciais, outra lacuna, quanto à falta de referências ao método utilizado, é identificada entre os anos de 1864 e 1871, talvez porque durante estes anos os encaminhamentos com a Instrução Pública ficaram restritos aos dados relacionados a valores despendidos à Instrução Pública, bem como a criação de escolas e cadeiras ou a nomeações e exonerações de professores. Desse modo tais referências são apontadas somente em alguns relatórios de inspetores escolares e de professores, conforme demonstrado no quadro 1.

⁷ Até o ano de 1853 o Paraná fazia parte da Província de São Paulo como sua 5ª comarca.

⁸ O regulamento de 08/04/1857 foi o primeiro sobre a instrução a ser deliberado na província após sua emancipação.



Quadro 1 – Referências aos modos e métodos de ensino presentes nos relatórios presidenciais, relatórios de inspetores e de professores.

Ano	Documento	Referência ao modo e/ou método de ensino.
1854	Relatório do presidente Zacarias Goes de Vasconcelos	Conforme a indefinição da lei nº.34 de 16/03/1846 de São Paulo que não especificava qual método deveria ser utilizado, o presidente define que por depender da quantidade de alunos e a localidade poderá ser utilizado aquele que melhor se adequar às necessidades do professor, da escola e dos alunos.
1857	Relatório inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta	O relatório do inspetor geral esta transcrito integralmente no relatório do vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes. Neste relatório o inspetor aponta que o <i>método simultâneo misto</i> está sendo adotado pelos professores que podem empregá-lo, consta que em algumas cadeiras, inclusive algumas da capital ele é executado.
1859	Relatório inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta	O inspetor pede que os professores usem da boa razão e se empenhem em seguir as leis, estudem refletidamente o <i>método hoje adotado que é o simultâneo misto</i> ; assim como há professores que são elogiados por respeitarem as ordens e seguirem o método de acordo, há outros que o executam de forma arbitrária ou não compreendem sua exata execução, dividem a sala em classes, mas ensinam individualmente cada aluno, ou colocam alunos pouco adiantados em classes superiores.
1861	Relatório da professora Maria Prudência da Luz – 1ª cadeira feminina de Paranaguá	Elogia o método adotado (simultâneo), já que este possibilitou o adiantamento de suas alunas.
1862	Relatório inspetor geral José Lourenço de Sá Ribas	Em Curitiba é adotado o método como determinado no regulamento; em Votuverava a idoneidade do professor indica que executa o método legal, no entanto os alunos não apresentam adiantamento devido à inconstância dos pais em mantê-los na escola.
1864	Relatório do Vice-presidente Sebastião G. da Silva	Afirma que o <i>método simultâneo</i> esta sendo bem empregado nas escolas e que este não é fator das irregularidades encontradas na instrução, não há inconvenientes no método nem erros de aplicação. No entanto, expõe que com a baixa frequência o sistema torna-se falho, pois com o método simultâneo o professor deve voltar às lições já explicadas para os que faltaram ou dar continuidade sem considerá-los, provocando a perda de tempo.
1866	Relatório professor Honório Décio da Costa Lobo n- 2ª cadeira masculina de Paranaguá	No relatório o professor elogia o <i>método simultâneo auxiliado pelo mútuo</i> , porém aponta alguns inconvenientes em sua aplicabilidade.
	Relatório Professora Emilia de Faria Erichsen – 1ª cadeira feminina de Castro	No relatório a professora expõe sua dificuldade em aplicar o <i>método simultâneo</i> sem os materiais iguais para todos.
	Relatório Professor Joaquim Antonio da Rocha – cadeira masculina de Guaratuba	O professor afirma que faz uso do <i>método simultâneo e individual</i> em sua escola.

1867	Relatório inspetor geral Ernesto Francisco de Lima Santos	O inspetor aponta que com relação ao método cresce a decadência do ensino, pois poucos são os professores que sabem aplicá-lo, apenas seis o aplicam em suas escolas.
1872	Relatório do Presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa	O presidente assinala que para o inspetor geral, a causa para o mal estado da instrução na província deve-se à ignorância dos professores, à falta de método e aos pais que não mandam os filhos as escolas, e como solução recomenda a criação da escola normal e o decreto de obrigatoriedade do ensino, o presidente se põe contra o inspetor geral e afirma que para remediar a situação providências compatíveis já foram tomadas como a instituição de alunos mestres e professores adjuntos.
1878	Relatório presidencial Presidente Joaquim Bento de Oliveira Junior.	“Uma das causas para a situação precária das escolas é a ausência de método, resultante na baixa frequência, assim como um único professor para dirigir um grande número de alunos resulta em uma anarquia” (relatório B – presidente, 1878, p. 35).
1880	Relatório do Professor Joaquim Duarte de Camargo - 2ª cadeira masculina de Castro	O professor afirma que para uma escola com 30 a 50 alunos <i>o melhor método é o simultâneo</i> , já para uma escola como o número superior a 50 o método deve ser o misto.
	Relatório do Professor Pedro Saturnino de Oliveira Mascarenhas - 1ª cadeira masculina de Castro	O professor continua a se basear nas instruções aprovadas em 27/12/1856, e afirma que seria melhor que se adotasse outra, propõe ainda a divisão da turma em cinco classes. Parecer sobre o Regulamento interno da escola - turma dividida em cinco classes e descrição do que deve ser utilizado e ensinado em cada uma.
	Relatório Professora Gertrudes Leocádia da Costa Netto – Colônia Abranches	Elogia o <i>método adotado (simultâneo)</i> , mas faz menção ao seu regulamento interno ao qual faz uso para intensificar o aproveitamento, afirma que já o remeteu a inspetoria em 1876 para que fosse utilizado em outras escolas.
	Relatório do Professor Honório Décio da Costa Lobo - 2ª cadeira masculina de Paranaçu	O professor diz reconhecer que um ensino longo e muito seguido é prejudicial a saúde e bom desempenho dos alunos. Em suas aulas procura evitar as distrações tornando o ensino mais agradável fazendo perguntas aos alunos referentes às lições efetuadas, assim afirma que os alunos aprendem pelo entendimento e menos pela memória e propõe exigir da criança somente o que “a natureza lhe deu”. “ <i>O método simultâneo</i> é o que mais traz vantagens para a educação moral e intelectual das crianças, pois é um método que se harmoniza com os princípios de uma educação social, que traduz a ordem, a associação no trabalho, a fraternidade e a emulação”. Inconvenientes apontados pelo professor: o atraso dos alunos no início das aulas, o cansaço provocado pelos retornos a casa e a escola, distinção no nível de adiantamento dos alunos da mesma classe.
	Carta do Professor João Batista Marconi	O professor apresenta um livro composto para o ensino simultâneo da leitura e escrita com o método fonético.

1881	Relatório Professor de Guaratuba	O método de ensino adotado em sua escola é o simultâneo como determina o regulamento orgânico da instrução pública.
1882	Relatório do Professor de 1 ^{as} letras do sexo masculino de Antonina.	Não adota nenhum método porque seus alunos apresentam pouco adiantamento além de distintos entre si.
	Professor da 2 ^a cadeira do sexo masculino	O modo em adoção é o simultâneo, no entanto o método é prejudicado pela falta de mobília e livros apropriados.
	Relatório diretor geral da instrução Moyses Marcondes	Com informações advindas dos professores o inspetor chegou à conclusão de que o método empregado é feito de forma incompleta, pois não há uma regra geral estabelecida que sirva de guia para todos eles, ele classifica o método como mecânico.
1883	Professor José Ferreira das Neves – cadeira masculina de Guarapuava	O professor diz ter feito uma experiência com o método João de Deus e que dele obteve o melhor resultado, pois é uma ótima invenção para as crianças aprenderem a ler.
	Relatório do Professor Pedro Saturnino de Oliveira Mascarenhas - 1 ^a cadeira masculina de Castro	O professor queixa-se que até o momento não há um plano regular a seguir quanto ao método adotado, refere-se ao plano elaborado em 1879 pelo inspetor paroquial, o qual propunha dividir a turma em cinco classes que ainda não foi aprovado e deste modo ainda continua a se basear nas antigas instruções de 1856.
	Relatório Professor Adolpho Correa Bittencourt - 2 ^a cadeira masculina de Antonina	Elogia o modo simultâneo como princípio edificante e proveitosíssimo para a igual difusão do ensino em classes. “Para corresponder a eficácia do modo falta-nos a eficácia do método, é o que não temos”, o professor refere-se ao uso dos livros de Abílio como o método utilizado, critica as obras e aponta erros nas mesmas, o que prejudicaria as ações do modo simultâneo.
1884	Relatório presidente Luis Alves Leite de Oliveira Bello	Determina que os alunos da escola normal devam exercer o magistério de acordo como o método intuitivo.
	Relatório do Presidente Brazílio A. M. de Oliveira	Classifica o método que vem sendo adotado pelos professores como antiquado, formalista, mnemônico e que este deve ser experimental e concreto.
	Relatório do Professor Freguesia dos Ambrósios	O ensino é simultâneo, no entanto o professor diz que a irregularidade na frequência atrapalha o ensino. Em seus pedidos consta um mapa mundi para o ensino de geografia, enfatiza que nesta matéria é preferível o método sintético ao analítico, mas que ambos deveriam ser usados simultaneamente.
1885	Relatório presidente Brazílio A. M. de Oliveira	O presidente expõe as dificuldades em aplicar o método intuitivo com a utilização de materiais de origem e organização desconhecida pelos professores e alunos, e afirma que a diversidade de livros presente nas escolas provoca uma diversidade de métodos adotados.
1886	Relatório presidente Alfredo D’escragnole Taunay	A favor do método intuitivo o presidente o adjectiva como o único racional e que este deve possibilitar que o professor seja um livro completo pra seus alunos

Fonte: Relatórios de presidentes da província do Paraná entre os anos de 1854-1889, relatórios dos inspetores de ensino e de professores disponíveis no acervo do Arquivo Público.



Ante a exposição das fontes no quadro n.1, é possível identificar que em seus relatórios, os presidentes da província, ao apresentarem de forma resumida suas apreciações e recomendações quanto ao estado da instrução, assumiam uma posição frente ao método adotado: em alguns relatórios as declarações eram favoráveis com elogios à aplicabilidade do método, estes ainda apontavam outras falhas para a precariedade do ensino como a irregularidade na frequência dos alunos ou mesmo a falta de auxiliares para o professor; já em outros relatos o método, classificado como “mecânico”, aparece como causa do atraso em que se encontravam as escolas; há ainda presidentes que acusavam a falta de método, por parte dos professores, como agente da fragilidade da instrução na província.

Algumas razões da dificuldade em aplicar o método, determinado em regulamento, são assinaladas também nos documentos provindos dos inspetores, como é possível perceber no quadro n. 1. Estes relatavam encontrar professores que não compreendiam os procedimentos do método e o executavam de forma arbitrária, por mais que a turma estivesse dividida em classes acabavam por ensinar seus alunos individualmente; outros professores demonstravam boa vontade em aplicá-lo, no entanto seus alunos não apresentavam adiantamento condizente e não podiam prestar os exames, a turma, Desse modo, ficava disposta somente em duas classes, além disso, os professores acabavam por colocar em classes superiores alunos que não apresentavam adiantamento nos estudos.

Ao nomear, em relatórios e cartas enviados ao inspetor geral, suas dificuldades em executar o método simultâneo e prover o ensino das crianças, principalmente o das crianças pobres, os professores assinalavam: a falta de material igual para todos, o que inviabilizava os procedimentos que deveriam ser seguidos, pois nem todos possuíam os compêndios necessários; a irregularidade na frequência dos alunos, pois também prejudicava o bom ensino, uma vez que provocava o atraso daqueles que já estavam avançados; estes pediam ainda a nomeação de alunos mestres e professores adjuntos quando o número de alunos era excessivo em sua escola e como justificativa, apontavam a dificuldade em ensinar muitos alunos ao mesmo tempo em classes diferentes; a falta de instruções relacionadas ao método aplicado tornava-se mais uma entre as reclamações elencadas. Contudo, ao apresentarem os inconvenientes em aplicar o método, os professores evidenciavam também as vantagens encontradas: são recorrentes as opiniões do quão vantajoso o método era, pois proporcionava o rápido adiantamento dos alunos além de poupar o tempo do professor, uma vez que as lições eram repassadas simultaneamente aos alunos.





Em relação ao método simultâneo, pode-se identificar, nas fontes examinadas, certa confusão quanto à sua concepção e nomeação, ora era entendido como uma forma de organização da classe, ora era pensado como um procedimento de ensino.

Ao ser determinado em regulamento, o ensino simultâneo por classes referia-se o modo de organização do ensino na escola: de que maneira seriam divididas as classes e os alunos, quais os materiais necessários para que o modo de ensino fosse executado, quantidade de alunos, frequência e permanência destes na escola; o qual poderia utilizar um método que se adequasse a esse tipo de organização. Aqui é possível identificar as apropriações, dos professores e inspetores de ensino, advindas das prescrições estabelecidas e quais foram as práticas realizadas em decorrências dessas, uma vez que “ensino simultâneo” foi considerado pelos gestores de ensino, e conseqüentemente pelos professores, como sinônimo de “método simultâneo”, e este deveria ser aplicado de modo condizente às instruções prescritas em 1856.

O método de ensino simultâneo foi criado por Jean-Baptiste de La Salle em finais do século XVII e se caracterizava pela divisão da turma em classes de acordo com a matéria e grau de adiantamento dos alunos.

O Método simultâneo é coletivo e apresentado a grupos de alunos reunidos em função da matéria a ser estudada, [...] o ensino não se dirige mais a um único aluno, como no modo individual, mas pode atender a cinquenta ou sessenta alunos ao mesmo tempo. Esse ensino [...] comporta em nível de estrutura, três classes sucessivas, a primeira é consagrada unicamente a leitura, [...] a segunda destina-se a aprendizagem da escrita, [...] na terceira classe, são abordadas as disciplinas mais complexas elaboradas: gramática, ortografia e cálculo. (LESAGE, 1999, p. 10-11).

La Salle recomendava escolher entre os alunos, os mais capazes e os mais estudiosos, “que seriam encarregados da vigilância, de fazer os outros repetirem as lições do mestre, além de repreender os alunos quando estes se descuidavam de seus deveres e de guiar as mãos hesitantes dos jovens escritores” (BUISSON *apud* PINARD, 1981, p. 95, tradução minha).

O quadro 1 permite visualizar que no Paraná o método utilizado recebeu variadas nomeações, os inspetores referiam-se ao método adotado nas escolas como simultâneo ou simultâneo-misto e este se destinava à forma como o professor deveria ensinar seus alunos, fazendo uso ou não de monitores. Esta forma de conceber o método como misto, caracterizava-se, segundo Cynthia Veiga (2007), por combinar características do método mútuo com intervenções diretas do



professor em atividades simultâneas, ou seja, aliava o ensino individual às vantagens do método Lancaesteriano (VEIGA, 2007).

Para os professores não havia diferença entre mútuo e simultâneo, ambos tinham as mesmas características, uma vez que se configuravam como simultâneos. O professor José Antônio da Rocha, de Guaratuba, em seu relatório de 1866, afirmava que utilizava em sua escola o “simultâneo e individual” e que este método proporcionou um adiantamento considerável de seus alunos. Já o professor Joaquim Duarte de Camargo, de Castro, ao expor sua análise sobre o método simultâneo em 1880, dizia que este era o melhor para uma turma de até 50 alunos, mas para uma turma que ultrapassasse este número o único método possível seria o misto.

Notam-se, entretanto, contradições nos relatos dos inspetores, mesmo nomeando o método como misto, ao adentrarem a escola para análise da prática do professor condenavam seu modo de ensinar se este assistisse seus alunos individualmente em uma turma dividida em classes. Em seu relatório de 1859, o inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta, declarava que um professor de São José dos Pinhais exercitava o método simultâneo misto “adotado pela lei”, sua crítica, no entanto, incidia sobre o modo como o professor ensinava seus alunos – individualmente mesmo a turma sendo dividida em duas classes. O inspetor utilizava esta situação como justificativa para o atraso no rendimento dos alunos, Desse modo recomendava que o professor cumprisse as orientações prescritas em 1856, e que se não correspondesse a tal determinação fosse punido pela lei. Outra contradição está nos relatos em que os inspetores diziam encontrar a turma dividida em classes, mas não conseguiam identificar o método adotado pelo professor, e, portanto, não podiam aferir sobre o ensino nestas escolas. Esperava-se que, por ser de responsabilidade do inspetor geral a determinação do método que seria aplicado nas escolas, estes compreendessem os princípios do qual adotariam e os repassassem aos professores, mas nota-se que não era isso que acontecia na província, já que mesmo sendo determinado em regulamento e fiscalizado pelos responsáveis, o método não era praticado de forma semelhante nas escolas. No ano de 1882 o inspetor geral, depois de algumas informações advindas dos professores, concorda que o método empregado era feito de forma incompleta, já que não havia uma regra geral que servisse como guia. Ou seja, o inspetor reconhecia a falta de um manual a ser seguido pelos professores que definisse os procedimentos a serem aplicados.

Estas situações de confusão, por parte dos inspetores, muitas



vezes interferiam na prática do professor ocasionando diferentes adaptações por parte deles em suas escolas, algumas não expressas nos relatórios. Somente em fins da década de 1870, quando se pode perceber que as críticas dos professores passaram a destinar-se ao modo de ensinar os alunos e não mais no modo em que se organizava o ensino, as descrições tornam-se mais evidentes.

O professor da 1ª cadeira de Castro, Pedro Saturnino de Oliveira Mascarenhas, ao descrever como estava o ensino na sua escola, apresentava sua preocupação com o atraso em se aprovar um novo regulamento interno para as escolas, afirmava que este havia sido encaminhado no ano de 1879 e até o ano de 1883 – data de seu relatório, não havia uma conclusão. O professor se referia a um documento elaborado pelo inspetor paroquial, no ano de 1879, para ser usado nas escolas nos moldes da instrução de 1856, a diferença consistia na divisão da turma em cinco classes e não mais em três, além da recomendação de uso de alguns livros de leitura específicos. O professor queixava-se do atraso na aprovação e da falta de consideração dos seus relatórios que declaravam aprovar o referido regulamento, além de afirmar que ainda utilizava as instruções aprovadas em 1856 classificando-as como antigas, embora proveitosas.

Referência à elaboração de um regulamento interno também esta presente no relatório da Professora Gertrudes que lecionava na colônia Abranches no ano de 1880, segundo a professora, o modo de ensino na sua escola era o simultâneo, mas o mesmo só era de serventia quando associado ao seu regulamento interno encaminhado no ano de 1876 para aprovação da inspetoria.

Com a análise das fontes, pode-se perceber, a partir de 1880, sinais de uma possível distinção entre método e modo de ensino (quadro n. 1), logo as apropriações em relação às prescrições tornaram-se outras, o que suscitou diferentes práticas em relação à aplicabilidade do método. Os professores continuavam a afirmar que organizavam sua escola de acordo com o modo simultâneo de ensino, no entanto indicavam o uso de outro método adotado.

No ano de 1880 foi apresentado por um professor um livro para o ensino simultâneo da leitura e escrita composto pelo método fonético. Em 1883, o professor de Guarapuava, declarava que havia realizado uma experiência com o método “João de Deus”⁹ no ensino da leitura e escrita e que dele obteve um ótimo resultado. No mesmo

9 “O ‘método João de Deus’ ou ‘método da palavração’ baseava-se nos princípios da moderna linguística da época e consistia em iniciar o ensino da leitura pela palavra, para depois analisá-la a partir dos valores fonéticos das letras.” (MORTATTI, 2006, p.06 – grifos da autora).





ano, outro professor, afirmava que o modo simultâneo era o melhor para a igual difusão do ensino em classes, porém o método aplicado não correspondia à eficácia do modo adotado. O professor referia-se como “método aplicado”, aos livros de leitura de Abílio, livros estes que foram determinados para uso nas escolas primárias, e que, segundo o professor, apresentava erros de ortografia que prejudicavam o ensino das crianças.

Junto aos professores, as avaliações dos inspetores e presidentes de mesmo modo avançaram para a forma como acontecia o ensino nas escolas, e é neste período que pode ser identificada a inserção dos princípios do método intuitivo nos discursos destes sujeitos.

Desse modo, passaram a permear as críticas, dos inspetores e presidentes, ao método até então utilizado, termos como “mecânico, antiquado, formalista, mnemônico”entre outros, e às recomendações foram inseridos adjetivos ao método que viria a ser utilizado (intuitivo), este foi classificado como prático e explicativo, racional e completo.

O método intuitivo caracterizava-se como um método

[...] concreto, racional e ativo, denominado ‘ensino pelo aspecto’, ‘lição de coisas’ ou ‘ensino intuitivo’. O novo método pode ser sintetizado em dois termos: observar e trabalhar. Observar significa progredir da percepção para a ideia, do concreto para o abstrato, dos sentidos para a inteligência, dos dados para o julgamento. Trabalhar consiste em fazer do ensino e da educação na infância uma oportunidade para a realização de atividades concretas, similares àquelas da vida adulta. Aliando a observação e trabalho numa mesma atividade, o método intuitivo pretende direcionar o desenvolvimento da criança de modo que a observação gere o raciocínio e o trabalho prepare o futuro produtor, tornando indissociável pensar e construir. (VALDEMARIN, 2001, p. 158-159, grifos da autora).

Embora não tendo sido determinado em regulamento até o fim do período estudado (1889), somente em regulamento destinado a escola normal, há indícios de que os professores passaram a inserir o método intuitivo em suas escolas em meados da década de 1870.

Vale lembrar, que tais indicações nos relatórios, por vezes, não são específicas quanto ao uso do método intuitivo, portanto é a partir dos princípios e características deste método, definidas por autores anteriormente citados, que é possível afirmar que algumas práticas descritas pelos professores configuravam-se com base neste método.

Consta no relatório do professor de Paranaguá, do ano de 1880, que para evitar as distrações dos seus alunos durante as lições, fazia perguntas relacionadas ao conteúdo fazendo com que





a criança refletisse sobre sua resposta, não usando mais apenas de sua memória, mas sim do seu entendimento acerca do assunto. Ao expor sua experiência com o método “João de Deus”, o professor de Guarapuava utilizava um livro elaborado para o ensino da leitura e escrita baseado nos princípios do método intuitivo. Em algumas listas com pedidos dos professores de materiais para sua escola, constam alguns objetos específicos para a execução do método intuitivo, como o museu escolar elaborado pelo Dr. Saffray e caixas Carpentier para o ensino do sistema métrico e “lição de coisas”¹⁰.

De mesmo modo, nos relatórios dos presidentes, alusões ao método intuitivo no mesmo período são evidentes. No ano de 1884 o presidente da província, Luís Alves Leite de Oliveira Bello, declarava que os alunos da escola normal deveriam exercer o magistério conforme os métodos intuitivos. Dois anos antes, foram encomendados pelo presidente em exercício, Carlos Augusto de Carvalho, materiais para as escolas que serviriam para os exercícios práticos dos alunos da escola normal, dentre os materiais solicitados estavam a caixa para lição de coisas de Saffray, caixas Carpentier e coleção de cartas Arnold Guyot. Estes materiais destinavam-se aos exercícios que os alunos deveriam aplicar em tais escolas, de acordo com o que instituía o regulamento do Instituto Normal e de preparatórios de 1882¹¹. Em 1885, em seu relatório, o presidente Brazílio Augusto Machado de Oliveira, apontava algumas dificuldades nos usos dos materiais destinados ao método intuitivo, afirmando que estes eram de origem e organização desconhecida, tanto dos professores como dos alunos, e que esta situação provocava a distração dos alunos prejudicando o aproveitamento do método.

Assim como no Paraná, as discussões relacionadas ao método intuitivo também estavam presentes em outras províncias do império brasileiro, Anallete Schelbauer (2006) ao traçar os primeiros passos em direção a adoção deste método em São Paulo, afirma que há indícios de seu uso em princípios dos anos de 1870 nesta província bem como no Rio de Janeiro. Segundo Vera Tereza Valdemarin (2004), o método intuitivo era entendido por seus propositores como “um instrumento pedagógico capaz de reverter a ineficiência do ensino escolar” (VALDEMARIN, 2004, p. 103). Estudos mostram que embora

¹⁰ Dr. Saffray foi autor de um dos manuais de lições de coisas traduzidos no Brasil. Mme. Pape-Carpentier foi responsável pela elaboração de materiais para trabalhos voltados para a lição de coisas. (SCHELBAUER, 2006)

¹¹ O regulamento do Instituto Normal e de preparatórios determinava que na sétima série os alunos da disciplina de pedagogia teriam metodologia especial com exposição dos diferentes modos de ensino e sua aplicação e regras do ensino intuitivo.





seu ingresso nas escolas brasileiras date de 1870, sua efetivação só se concretizou no Brasil com o advento da República e do movimento em prol de uma pedagogia renovada. Os “renovadores” recomendavam o uso deste método para a efetivação de uma escola primária renovada, como aponta Rosa Fátima de Souza (1998), “a escola popular, instrumento da reforma social, deveria ser completamente renovada de acordo com os padrões educacionais considerados os mais modernos da época. O método intuitivo foi símbolo dessa renovação e modernização do ensino” (SOUZA, 1998, p. 159).

3 Considerações finais

Com base na análise das fontes, os métodos de ensino foram determinados para uso nas escolas primárias com a justificativa de proporcionar o desenvolvimento da instrução na província, já que estes se caracterizavam pelo ensino de muitos alunos conjuntamente com a distribuição uniforme do tempo do professor. De mesmo modo, o método constituía como parte essencial da prática do professor, assim como esta interferia no modo de organização escolar.

Na tentativa de estruturar e normatizar a instrução da infância paranaense, os administradores provinciais produziram práticas escolares constituindo uma cultura escolar no processo de escolarização da infância. Junto a estes, os inspetores e professores contribuíram para este processo, de acordo com suas apropriações e consequentes representações das normas e discursos.

Na tarefa de executar e fiscalizar o método, professores e inspetores compreendiam o método de formas distintas; entendia-se por ensino simultâneo o ensino conjunto de muitos alunos divididos por classes segundo seu adiantamento e as matérias ensinadas, todavia esta era maneira encontrada para organizar a escola de forma graduada, pois dividir a turma em classes não significava emprego do método definido, já que há relatos em que a turma encontrava-se dividida em classes, mas sobre o método era impossível comentar por não ter sido identificado.

O “ensino simultâneo” determinado em regulamento foi compreendido como método a ser seguido pelos professores e fiscalizado pelos inspetores, no entanto as nomeações ao método praticado, assim como as descrições dessa prática, mostravam-se variadas. Para os professores, o método se distinguia como procedimento didático, cujo qual deveria ser executado com o apoio de





monitores ou alunos-mestres e professores adjuntos, além do auxílio de materiais e móveis iguais para todos de forma a promover o avanço dos alunos, por meio do emprego da emulação entre eles e os castigos morais. Para tal, professores associavam seus saberes e a experiência da prática às dificuldades de falta de materiais e orientações específicas do método a seguir.

Durante o período estudado, nota-se que a compreensão de ensino por parte dos professores e autoridades, passou por significativas mudanças, uma vez que suas avaliações e recomendações não focaram somente os princípios de organização da escola, mas passaram a influir sobre um modo de ensinar voltado para o aluno. Desse modo, a criança ganhou outro espaço nas discussões referente à instrução, ela tornou-se o centro do processo de ensino que passa a considerar sua efetiva aprendizagem. Portanto, um método que atendesse essa especificidade se fazia necessário, com isso o método simultâneo e suas variações até então usado, foi sendo substituído lentamente pelo método intuitivo.

É possível afirmar ainda que, a instituição e utilização de métodos de ensino no interior das escolas paranaenses contribuíram para a estruturação e consolidação da uma escola primária, e se por um lado ela se estabelecia com dificuldades e imposições, por outro, as novas maneiras de organização, compostas por fazeres e saberes produzidos no seu interior, constituíram no desenvolvimento da instrução escolar no Paraná.

Fontes

BRASIL. Decreto-Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

DEAP-PR. APs0122 – 0776, 1861 – 1886. Correspondências de governo.

_____. AP0122, 1861, p. 114. Relatório da professora Emília de Faria Erichsen.

_____. AP0124, 1861, p. 33. Relatório da Professora Maria Prudência da Luz

_____. AP0244, 1866, p. 77. Relatório da Professora Emília Erichsen.





_____. AP0244, 1866, p. 100. Relatório do professor José Antônio da Rocha.

_____. AP0244, 1866, p. 140-143. Relatório do professor Honório Décio da Costa Lobo.

_____. AP0339, 1870, p. 135-138. Relatório professor Jose Cleto da Silva.

_____. AP0344, 1870, p. 64-68. Relatório professor Domingos Carneiro d Silva Braga.

_____. AP0393, 1872, p. 57-62. Relatório Professor Jeronymo Durski.

_____. AP0449, 1874, p. 178-179. Relatório professor José Rolim de Moura.

_____. AP0543, 1878, p. 124. Relatório do professor Pedro Saturnino de Oliveira Mascarenhas.

_____. AP0605, 1880, p. 179-184. Relatório do Professor Joaquim Duarte de Carvalho.

_____. AP0605, 1880, p. 185-194. Relatório do Professor Pedro Saturnino de Oliveira Mascarenhas.

_____. AP0609, 1880, p. 199-205. Relatório do Professor Honório Décio da Costa Lobo.

_____. AP0609, 1880, p. 196-198. Relatório da Professora Gertrudes Leocádia da Costa Netto.

_____. AP0618, 1880, p. 75-76. Relatório do Professor João Batista Marconi.

_____. AP0640, 1881, p. 93. Relatório do Professor Crispim José de Freitas Castro.

_____. AP0673, 1882, p. 166-167. Relatório de Professor.

_____. AP0698, 1883, p. 161-162. Relatório do Professor José Ferreira das Neves, de Guarapuava.

_____. AP0700, 1883, p. 70-79. Relatório do Professor Pedro Saturnino de Oliveira Mascarenhas.

_____. AP0700, 1883, p. 224-226. Relatório do Professor da 2ª cadeira masculina de Antonina.

_____. AP0713, 1884, p. 200-204. Relatório do Professor Pedro Saturnino de Oliveira Mascarenhas.





_____. AP0713, 1884, p. 205-206. Relatório do Professor Joaquim Duarte de Camargo.

_____. AP0713, 1884, p. 207-208. Relatório da Professora Emília Aguiar.

_____. AP0715, 1884, p. 119-124. Relatório do Professor da Freguesia de Ambrósios.

_____. Relatório de governo dos presidentes e vice-presidentes da província do Paraná entre os anos de 1857-1889. Curitiba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes. Disponíveis em <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>

_____. Relatório de governo. BELLO, Luiz Alves de Oliveira. Relatório para a Assembleia Legislativa Provincial, de 01/10/1883. Curitiba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1883.

_____. Relatório de governo. BELLO, Luiz Alves de Oliveira. Relatório para Brazílio Augusto Machado de Oliveira (entrega de administração), de 22/08/1884. Curitiba, Typ. Paranaense de Candido Lopes, 1884.

_____. Relatório de governo. BURLAMAQUE, Polidoro Cesar. Relatório do presidente para a Assembleia Legislativa Provincial, em 15/03/1867. Curitiba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1867.

_____. Relatório de governo. CARVALHAES, José Antonio Vaz. Relatório do vice-presidente para a Assembleia Legislativa Provincial, em 07/01/1857. Curitiba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1857.

_____. Relatório de governo. CARVALHAES, José Antonio Vaz. Relatório do vice-presidente para Francisco Liberato de Mattos na entrega da administração, sem data, referente ao ano de 1857, mas publicado em 1858. Curitiba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1858.

_____. Relatório de governo. CARVALHAES, José Antonio Vaz. Relatório do vice-presidente para Francisco Liberato de Mattos na entrega da administração, sem data, referente ao ano de 1857, mas publicado em 1858. Curitiba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1858.

_____. Relatório de governo. CARVALHO, Carlos Augusto de. Relatório do presidente para a Assembleia Legislativa Provincial, de 01/10/1882. Curitiba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1882.





_____. Relatório de governo. LISBOA, Venâncio José. Relatório do presidente para a Assembleia Legislativa Provincial, em 15/02/1871. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1871.

_____. Relatório de governo. LISBOA, Venâncio José. Relatório do presidente para a Assembleia Legislativa Provincial, em 15/02/1872. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1872.

_____. Relatório de governo. LISBOA, Venâncio José. Relatório do presidente para o vice-presidente Manoel Antonio Guimarães, na passagem da administração, em 15/02/1873. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1873.

_____. Relatório de governo. MATTOS, Francisco Liberato de. Relatório na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, de 07/01/1858. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1858.

_____. Relatório de governo. OLIVEIRA, Brazílio Augusto M. de. Relatório do presidente para a Assembleia Legislativa Provincial. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1884.

_____. Relatório de governo. OLIVEIRA, Brazílio Augusto M. de. Relatório do presidente para a Assembleia Legislativa Provincial. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1885.

_____. Relatório de governo. OLIVEIRA JUNIOR, Joaquim Bento de. Relatório do presidente para o vice-presidente Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, em 07/02/1878. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1878.

_____. Relatório de governo. SILVA, Sebastião Gonçalves da. Relatório do vice-presidente para a Assembleia Legislativa Provincial, em 21/02/1864. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1864.

_____. Relatório de governo. TAUNAY, Alfredo D'escragnole. Relatório do presidente para a Assembleia Legislativa Provincial, em 03/05/1886. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1886.

_____. Relatório de governo. VASCONCELLOS, Zacarias de Goes – Relatório na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, de 19/12/1853 a 15/07/1854. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854, (a).

_____. Relatório de governo. VASCONCELLOS, Zacharias Goés e. Relatório do presidente na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, de 08/02/1855. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Lopes, 1855.





_____. Relatório de inspeção. BARROS, Bento Fernandes de. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1871.

_____. Relatório de inspeção. CUNHA, João Manuel da. Anexo ao relatório do presidente Frederico José Cardoso de Araújo, em 15/02/1875. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1875.

_____. Relatório de inspeção. MARCONDES, Moysés. Relatório do Diretor Geral de Instrução Pública. AP 0666, p. 85 a 107, em 18/09/1882.

_____. Relatório de inspeção. MOTTA, Joaquim Ignácio Silveira da. Relatório do Inspetor Geral em 31/12/1856. Em anexo ao relatório do vice-presidente da província José Antonio Vaz de Carvalhaes, 07/01/1857. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1857.

_____. Relatório de inspeção. MOTTA, Joaquim Ignácio Silveira da. Relatório do Inspetor Geral em 07/11/1857. Em anexo ao relatório do vice-presidente da província José Antonio Vaz de Carvalhaes. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1857.

_____. Relatório de inspeção. MOTTA, Joaquim Ignácio Silveira da. Relatório do Inspetor Geral para o presidente Francisco Liberato de Mattos. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1858.

_____. Relatório de inspeção. MOTTA, Joaquim Ignácio Silveira da. Relatório do Inspetor Geral para o presidente Francisco Liberato de Mattos. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1859.

_____. Relatório de inspeção. RIBAS, José Lourenço de Sá. Relatório de 31/12/1861. Em anexo ao relatório do presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira, em 15/02/1862. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1862.

_____. Relatório de inspeção. RIBAS, José Lourenço de Sá. Relatório do Inspetor Geral de Instrução Pública José Lourenço de Sá Ribas para o presidente André A. Pádua Fleury. In: Arquivo Público do Paraná, AP0183, p. 01 a 37, 1864.

_____. Relatório de inspeção. SANTOS, Ernesto Francisco da Lima. Relatório de 31/01/1867. Em anexo ao relatório do presidente Polidoro César Burlamaque, em 15/03/1867. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1867.

_____. Relatório de inspeção. SANTOS, João Franco de Oliveira. Relatório de 31/12/1872. Em anexo ao relatório do vice-presidente Coronel Manoel Antonio Guimarães para a Assembleia Provincial do Paraná, em 17/02/1873. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1873.



MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; MARTIN, Sonia Dorotea (Org.). Coleção de Documentos da Educação Brasileira. Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889 (CDPR). Brasília: INEP, 2004.

_____. Instrução geral de 27 de dezembro de 1856 – Instrução contendo o plano e divisão do ensino nas escolas. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889 (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras) Brasília: INEP, 2004, p. 44.

PARANÁ. Regulamento de Ordem Geral para as escolas da Instrução Primária, preparação, organização do professorado, condições e normas para o Ensino Particular, primário e secundário, de 08 de abril de 1857. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889 (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: INEP, 2004, p. 53.

_____. Regulamento de Inspeção da Instrução Pública da Província do Paraná, de 24 de abril de 1857. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889 (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: INEP, 2004, p. 67.

_____. Regulamento para a Secretaria da Inspetoria Geral da Instrução Pública do Paraná, de 30 de outubro de 1857. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889 (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: INEP, 2004, p. 76.

_____. Lei n. 290, de 15 de abril de 1871. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889 (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: INEP, 2004, p. 178.

_____. Regulamento da Instrução Pública Primária, de 13 de maio de 1871. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889 (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: INEP, 2004, p. 184.

_____. Regulamento da Instrução Primária, de 01 de setembro de 1874. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889 (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: INEP, 2004, p. 233.

_____. Regulamento Orgânico da Instrução Pública do Paraná, de 16 de julho de 1876. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889 (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: INEP, 2004, p. 265.

_____. Regulamento para o Ensino Obrigatório da Província, de 06 de julho de 1877. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889 (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: INEP, 2004, p. 290.

_____. Regulamento do instituto normal e de preparatórios, de 18 de janeiro de 1882. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889 (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: INEP, 2004, p. 335.

_____. Regulamento para o Ensino Obrigatório da Província, de 03 de dezembro de 1883. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889 (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: INEP, 2004, p. 290.

SÃO PAULO. Lei n. 34 de 16 de março de 1846. Coleção Leis Provinciais de São Paulo (1844-1849), FFCHL-USP.

Referências

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BARRA, Valdeniza M. da. **Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola paulista do século XIX**. Dissertação (mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

BASTOS, Maria Helena C.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.11, n.5, p. 173-191, 1991.

CHARTIER, Roger. A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 13, p. 97-113, 1994.



CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Portugal: DIFEL, 2002.

INÁCIO, Marcilaine. S. **O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)**. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

INÁCIO, Marcilaine. S. *et al.* **Escola, Política e Cultura**: a instrução elementar nos anos iniciais do império brasileiro. Belo Horizonte: Argumentum/CNPQ, 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta T.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2003, p. 135-150.

GALLEGO, Rita de Cássia. **Tempo, temporalidades e ritmos nas escolas primárias públicas em São Paulo**: Heranças e negociações (1846 – 1890). Tese (doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n.1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LESSAGE, Pierre. A pedagogia nas escolas mútuas do século XIX. In: BASTOS, Maria Helena C.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). **A escola elementar no século XIX**: o método monitorial/mútuo. Passo fundo: Ediupf, 1999.

MORTATTI, Maria do Rosário L. **História dos Métodos de Alfabetização no Brasil**. 2006. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf>.

OLIVEIRA, Maria Cecília M. de. **O ensino primário na província do Paraná 1853-1889**. Biblioteca Pública do Paraná, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. Curitiba, 1986.

PINARD, Paulette. De l'enseignement individuel à l'enseignement simultané. **L'information historique**. Paris, Masson, v. 43, n.º. 2, p. 95 – 104, 1981.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, Universidade São Francisco, 2002.

ROSA, Walquiria Miranda. **Instrução Pública e profissão Docente em Minas Gerais (1825-1852)**. Dissertação (Mestrado em





Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

SCHELBAUER, Anallete R. **A constituição do método de ensino intuitivo na província de São Paulo (1870-1889)**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SIQUEIRA, Luís. **De La Salle a Lancaster: os métodos de ensino na escola de primeiras letras sergipana (1825-1875)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

SOUZA, Gizele de. **Instrução, o talher para o banquete da civilização: cultura escolar dos jardins de infância e grupos escolares no Paraná, 1900 – 1929**. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1889-1910)**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

TAMBARA, Eleomar. O ensino mútuo na província Cisplatina. **Revista do Centro de Educação**, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, v. 30, n.2, semestral, 2005.

VALDEMARIN, Vera Tereza. Ensino da leitura no método intuitivo: as palavras como unidade de compreensão e sentido. **Educar em Revista**. Curitiba: Ed. UFPR, n. 18, p. 157-184, 2001.

VALDEMARIN, Vera Tereza. **Estudando a lição das coisas**. Estudo sobre os fundamentos filosóficos do método de ensino intuitivo. Campinas, SP: Autores associados, 2004.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ed. Ática, 2007.

VIDAL, Diana. G. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta T.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2003, p. 497-517.

VIANA, Fabiana. da S. **Relações entre governo, escola e família no processo de institucionalização da instrução pública elementar em minas gerais (1820-1840)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

WACHOWICZ, Lilian Anna. **Estudos regionais – A relação professor, estado no Paraná tradicional**. São Paulo: Cortez Editora: Autores Associados, 1984.

